



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2951, DE 2019

Institui o Fundo de Compensação Social para o Estado do Maranhão.

**AUTORIA:** Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)



[Página da matéria](#)



## PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Institui o Fundo de Compensação Social para o Estado do Maranhão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Fundo de Compensação Social para o Estado do Maranhão (FCSM), de natureza contábil-financeira, com o objetivo de atender, por meio da execução de programas de desenvolvimento econômico e social, as populações das comunidades quilombolas, de quebradeiras de coco babaçu e das demais típicas dessa unidade da Federação, bem como para ações de proteção do patrimônio histórico, cultural e artístico.

*Parágrafo único.* Para os fins desta Lei, são considerados programas de desenvolvimento econômico e social aqueles que envolvam ações ligadas à cultura, à educação, ao empreendedorismo, à habitação, à infraestrutura, ao meio ambiente e à saúde.

**Art. 2º** Constituem recursos do FCSM:

I – dotações consignadas na lei orçamentária anual e seus créditos adicionais;

II – doações de pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

III – rendimentos de qualquer natureza advindos da remuneração de aplicações do seu patrimônio; e

IV – 3% (três por cento) das receitas pertencentes à administração direta ou indireta federal oriundas da utilização, por terceiros, das instalações do Centro de Lançamento de Alcântara para quaisquer finalidades, distribuídos da seguinte forma:





a) 2% (dois por cento) destinados a atender às populações das comunidades quilombolas, de quebradeiras de coco babaçu e das demais típicas do Maranhão, em estado de vulnerabilidade social; e

b) 1% (um por cento) destinado a ações de proteção do patrimônio histórico, cultural e artístico do Maranhão.

*Parágrafo único.* O rateio dos recursos a que se refere a alínea “a” do inciso IV obedecerá a critério decrescente de vulnerabilidade social, destinando-se mais recursos para as populações com os maiores índices, nos termos regulamentados pelo Poder Executivo.

**Art. 3º** Os recursos do FCSM serão descentralizados ao Estado do Maranhão, aos Municípios dessa unidade da Federação e às entidades privadas sem fins lucrativos, para a execução dos programas de que trata o art. 1º.

*Parágrafo único.* Os entes da Federação e as entidades privadas sem fins lucrativos que receberem recursos do FCSM deverão prestar contas da utilização dos recursos recebidos, inclusive em meio eletrônico de acesso público, com a divulgação de, no mínimo, informações sobre os programas executados, o público-alvo atendido e o grau de cumprimento das metas propostas.

**Art. 4º** Os recursos destinados ao FCSM não utilizados até o final do exercício financeiro corrente serão apurados no balanço anual e transferidos como crédito do mesmo fundo no exercício financeiro seguinte.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) firmado pela República Federativa do Brasil com o Governo dos Estados Unidos da América é uma condição imprescindível para o lançamento, no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), de objetos espaciais de quaisquer países que possuam componentes americanos. Como em torno de 80% dos equipamentos espaciais do mundo contêm algum componente norte-americano, sem o AST com os



Estados Unidos, o País não terá uma participação relevante no mercado aeroespacial comercial.

Nos últimos vinte anos, o Brasil deixou de arrecadar cerca de R\$ 15 bilhões (ou aproximadamente R\$ 750 milhões por ano) pela falta de vigência do AST, considerando-se apenas 5% dos lançamentos ocorridos no mundo. Com a aprovação do AST, dentro de uma perspectiva realista, com suas instalações e condições operacionais atuais, o CLA tem condições de realizar lançamentos que permitirão uma receita de cerca de R\$ 50 milhões por lançamento. Se forem feitos apenas 12 lançamentos por ano, o que é muito aquém da capacidade atual do CLA, essa receita pode chegar a R\$ 600 milhões por ano. Note-se que há demanda para isso, tanto de governos quanto de empresas privadas.

Tendo em vista que o mercado espacial global tem crescido ininterruptamente, é previsto que o volume de negócios nesse mercado saltará dos atuais US\$ 350 bilhões por ano para US\$ 1 trilhão por ano em 2040. É esperado que, com a aprovação do AST, mesmo que o Brasil ocupe parcela de somente 1% do volume desses negócios, o que é uma meta bastante conservadora em razão da localização geográfica privilegiada do CLA, o País passe a ser um importante participante do mercado de lançamentos, com impactos positivos sobre todo o programa espacial nacional.

Além disso, merece destaque o impacto econômico e social que o CLA em plena operação pode gerar para a região. É evidente que as implicações disso para o desenvolvimento regional não podem ser desprezadas. Tanto o Município de Alcântara quanto o Estado do Maranhão seriam beneficiados com uma injeção de investimentos em setores como comércio, turismo e infraestrutura em razão do estabelecimento de um polo espacial em torno do CLA. Inclusive, é aberta uma janela de oportunidade para se resgatar a dívida social do País com as comunidades tradicionais maranhenses.

As comunidades quilombolas são constituídas por grupos étnicos descendentes de ex-escravos, que se autodefinem a partir de relações de ancestralidade, de território e de tradições e práticas culturais próprias. Segundo a Fundação Cultural Palmares, das 3.271 comunidades quilombolas certificadas no País, 766 estão localizadas no Estado do Maranhão (23,4% do total). Apesar de a Constituição Federal ter reconhecido o direito à propriedade definitiva da terra aos remanescentes das comunidades dos quilombos, as





comunidades quilombolas maranhenses apresentam elevada carência quanto à prestação de serviços públicos de educação e saúde.

Por sua vez, as comunidades de quebradeiras de coco babaçu são constituídas por mulheres que coletam os cocos maduros das palmeiras do babaçu e retiram as amêndoas da casca de cada fruto. São produzidos carvão vegetal da casca do coco, mingau para a nutrição infantil da polpa do coco e óleo da amêndoa, para uso na alimentação, na fabricação de sabão e como combustível e lubrificante. Embora o Estado do Maranhão assegure o livre acesso a terras públicas e devolutas estaduais, bem como a União tenha criado reservas extrativistas, as quebradeiras de coco ainda enfrentam diversas vulnerabilidades socioeconômicas decorrentes, por exemplo, da destruição dos babaçuais e de dificuldades na comercialização dos produtos oriundos do coco babaçu.

Como forma de distribuição dos recursos entre as comunidades tradicionais, foi indicado o índice de vulnerabilidade social, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) procura dar destaque a diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro, numa perspectiva que vai além da identificação da pobreza entendida apenas como insuficiência de recursos monetários, de modo a orientar gestores públicos municipais, estaduais e federais para o desenho de políticas públicas mais sintonizadas com as carências e necessidades presentes nesses territórios.

O Estado do Maranhão apresenta um dos maiores percentuais de municípios nas faixas de maior vulnerabilidade, cerca de 95,4%. Dentre os 217 municípios, 78,8% estão enquadrados na faixa de maior vulnerabilidade social.

Pois bem, o Maranhão foi a quarta unidade da federação que mais recebeu escravos africanos para o trabalho nas lavouras de arroz, açúcar e, principalmente, algodão. Essas atividades econômicas geraram enorme acúmulo de riquezas e resultaram na construção de núcleos urbanos sofisticados, como São Luís, que, na primeira metade do século XIX, era considerada a quarta cidade mais importante do império brasileiro, ao lado de Rio de Janeiro, Recife e Salvador.

Ademais, com a outorga do título de “Patrimônio da Humanidade” a São Luís, aumentou a necessidade de recursos para a proteção do patrimônio





histórico, cultura e artístico do Estado. Além dos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos de São Luís e de Alcântara, estão protegidos pelo governo Federal inúmeras edificações, ruínas e sítios arqueológicos. Por essa razão, o presente projeto tem também por finalidade garantir uma fonte perene de recursos para a proteção do patrimônio e diretamente associada à história das populações tradicionais, hoje em dia muitas delas em situação de vulnerabilidade social.

Enfim, o projeto de lei por mim proposto objetiva contribuir para o desenvolvimento econômico e social das comunidades tradicionais maranhenses, por meio da execução descentralizada de ações nas áreas da cultura, da educação, do empreendedorismo, da habitação, do meio ambiente e da saúde. Essas ações serão custeadas com valores provenientes de fundo público que a proposição pretende instituir, cuja principal fonte de recursos advirá de 3% das receitas pertencentes à administração direta ou indireta federal decorrentes do uso das instalações do CLA por terceiros para a execução de quaisquer atividades, especialmente o lançamento de espaçonaves por meio de veículos de lançamento.

A destinação ao Fundo de Compensação Social para o Estado do Maranhão (FCSM) de parte da arrecadação federal relativa ao direito de uso das instalações do CLA, por pessoas jurídicas nacionais e estrangeiras, não interferirá no arranjo que o Poder Executivo federal irá propor para administrar o uso comercial do complexo aeroespacial de Alcântara, ainda que por meio de empresa estatal. A vinculação de receita ao FCSM tampouco impede o desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro. Pelo contrário, ao permitir a qualificação dos habitantes do entorno do CLA, garantirá a formação de mão de obra apta a auxiliar as atividades desenvolvidas nas instalações aeroespaciais de Alcântara.

Ante o exposto, peço o apoio dos Nobres Pares para a aprovação desta proposição, que busca conciliar o progresso do programa espacial nacional com a compensação social às comunidades tradicionais maranhenses.

Sala das Sessões,

Senador **ROBERTO ROCHA**





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSDB/MA



SF/19902.64568-48

---

Senado Federal – Anexo I 25º andar  
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438  
e-mail: robertorocha@senador.leg.br

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>